

ASSEMBLÉIA DA ADUNICAMP DO DIA 18/02

Ao meio dia e meio do dia 18 de fevereiro de 2004 reuniu-se a Assembléia da ADunicamp para designar os delegados da entidade para o 23º Congresso do ANDES/SN que estará sendo realizado em Salvador, Bahia, do dia 04 ao dia 09 de março deste ano. Este era o único ponto de pauta da Assembléia, que foi informada das manobras do governo federal no sentido de realizar, ainda este ano, a reforma da universidade e da ida de representantes da diretoria a Brasília para atividades referentes a essa reforma em preparação (veja neste Boletim). Foi informado ainda que a ADunicamp teria direito a nove delegados indicados pela Assembléia, mais um delegado indicado pela Diretoria que, no caso, era a sua presidente. A Assembléia, considerando a importância deste Congresso que estará discutindo e se posicionando frente propostas de reforma universitária bem como de reforma sindical e trabalhista deliberou, por unanimidade, indicar os seguintes delegados:

Antônio Fernando dos Santos Penna
 Cecília Azevedo Lima Collares
 Claudiney Carrasco
 Edmundo Fernandes Dias
 Itamar Ferreira
 Maria Laura Trindade Mayrink-Sabinson

Mauro Antônio Pires Dias da Silva
 Tânia Maria Alkmim

Foram propostas e aprovadas as seguintes moções:

- moção de apoio ao movimento do SINTEPS (Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza), que estão sem reajuste salarial há 9 anos;
- moção de apoio aos parlamentares empenhados na abertura de CPI para apurar atividades do sr. Waldomiro Diniz;
- moção de repúdio à proposta anunciada pelo Ministro da Educação de “estatizar” vagas ociosas na rede universitária privada;
- moção de repúdio à ação da Central Única dos Trabalhadores que, no Fórum Nacional do Trabalho, compactuou com a proposta do governo sobre a legislação sindical;
- moção de repúdio ao texto da professora Marilena Chauí que, em artigo de jornal, “A disputa simbólica” (Folha de São Paulo, 18/02/04, p.A3), ataca o conjunto daqueles que vêm lutando em defesa dos direitos sociais subtraídos pela proposta da “Reforma” da Previdência.

Veja os textos das moções neste Boletim.

CICLO DE DEBATES

Reforma ou demolição? O que está em jogo?

PROGRAMAÇÃO

18/3 - O Rapto das Sabinas

Francisco de Oliveira (USP)

25/3 - A autonomia Universitária e o Movimento Docente

Arley Ramos Moreno (UNICAMP) e Francisco Miraglia (USP)

31/3 - A Universidade Pública em tempos de neoliberalismo à moda do governo Lula

João dos Reis Silva Jr (Univ. Sorocaba) e Roberto Leher (UERJ)

14/4 - Financiamento da Universidade Pública

Aloisio Teixeira (UFRJ) e Wilson Cano (UNICAMP)

15/4 - A Universidade Pública no Brasil de hoje

Carlos Henrique de Brito Cruz (UNICAMP/CRUESP) e Wrana Maria Panizzi (UFRGS/ANDIFES)

20/4 - Fontes e origens da proposta de Reforma Universitária

Kátia Lima (UFF) e Valdemar Sguissardi (UNIMEP)

28/4 - Análise de qual Reforma?

Acácia Zeneida Kuenzer (UFPR) e Afrânio Cattani (USP)

6/5 - Reformas Universitária e Sindical: conexões e conseqüências

José Dari Krein (UNICAMP) e Marina Barbosa Pinto (UFF)

12/5 - A avaliação da Universidade no contexto da Reforma

José Dias Sobrinho (UNICAMP) e Vera Jacob (UFPa)

19/5 - O movimento docente e a reforma/demolição da Universidade

Luiz Carlos Gonçalves Lucas (ANDES-SN) e Maria Aparecida Moysés (ADUNICAMP)



A ADunicamp em Brasília

A ADunicamp se fez representar em Brasília, no dia 12 de fevereiro, no lançamento da Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública (veja neste Boletim) e, em seguida, no Seminário *Reforma Sindical e Trabalhista*, organizado pelo CNESF (Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais), em que se criticou a proposta de reforma sindical e a participação da CUT no Fórum Nacional do Trabalho (FNT). No dia 13, pela manhã, estivemos presentes no Seminário sobre a *Reforma Universitária* – organizado pelo GTPE (Grupo de Trabalho sobre Políticas Educacionais), do ANDES/SN – e ao encontro do grupo, na tarde do mesmo dia. Esta ida à Brasília fez parte da luta que estamos (re)iniciando em defesa a universidade, que inclui também a luta por nossos direitos, como servidores públicos, de nos organizarmos em associações e sindicatos e não de *sermos organizados* por centrais sindicais criadas com ajuda de patrões e governo.



Fotos: L. Sabinson/Adunicamp

Lançamento da Frente Parlamentar e Social em Defesa da Universidade Pública e Gratuita

No dia 12 de fevereiro de 2004 foi lançada a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública em cerimônia realizada no Congresso Nacional. Estiveram presentes ao ato de lançamento, além de alguns (poucos) dos 98 deputados e 39 senadores que aderiram à Frente, várias entidades



que representam docentes, funcionários e estudantes de instituições públicas de ensino superior, entre as quais a ADunicamp – representada por sua presidente e outros membros da Diretoria –, o Fórum das Seis, a ADunesp e o ANDES/SN.

Coordenada pela deputada Luciana Genro (RS) e pela senadora Heloísa Helena (AL), a Frente – que por sugestão das coordenadoras se tornou *Frente Parlamentar e Social* para incluir, também, as entidades que lutam em defesa da Universidade pública, gratuita, laica e de qualidade – se propõe a denunciar, interferir e debater a “reforma universitária” que vem sendo armada pelo governo, para agradar ao Banco Mundial e ao FMI.

Nas falas que se fizeram ouvir, predominou a crítica à atitude do governo de providenciar ajuda às pobres universidades privadas em crise financeira, desviando dinheiro público para comprar 25% de suas vagas ociosas a serem ocupadas por “estudantes com dificuldade

de acesso (à universidade pública), como índios, negros, pobres e ex-presidiários”. A fórmula encontrada foi a dispensa do pagamento de impostos, conforme anunciou o ministro da Educação logo no dia seguinte. Denunciou-se, da mesma forma, as manobras em realização no Congresso que visam a preparar terreno para “mudanças” na universidade (o PPP – Parceria Público-Privado –, os projetos que buscam financiamento da Universidade Pública via cobrança de alíquotas de imposto extra de ex-alunos de ensino superior público, entre outros).

A coordenação da Frente se encarregou de tentar uma audiência com o ministro da Educação logo depois do Carnaval. Aguardamos.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em Assembléia Geral no dia 18 de fevereiro de 2004, manifestamos veemente repúdio ao texto da professora Marilena Chauí (“A disputa simbólica”, Folha de São Paulo, 18-2-2004, p A3) em que, no contexto da defesa do Governo Lula da Silva, ataca o conjunto daqueles que vêm lutando em defesa de direitos sociais subtraídos pela “Reforma” da Previdência.

Ao falar “de tentativas de interpretar as reformas da Previdência e tributária como destruição de direitos (quando elas buscaram quebrar privilégios travestidos de direitos)”, pretende colocar todo o movimento na qualidade de oportunistas e defensores de interesses particularistas inconfessáveis.

A ADUNICAMP sempre esteve e estará integrada às lutas em defesa dos interesses sociais.

Face a tentativas de confundir a sociedade, jogando-a contra os que têm se posicionado a seu favor, respondemos com o discurso da própria professora Marilena Chauí, proferido no Ato contra a Reforma da Previdência, organizado pelo Fórum das Seis, no dia 10/06/2003, nos gramados da USP:

“Podemos levantar duas questões. A primeira é por quê, não sendo necessária esta reforma (uma reforma sim, mas não esta), e sendo inconstitucional, por que é que ela está sendo feita. E levar em conta o que diz o Chico de Oliveira, que essa reforma rende mais do que qualquer

privatização feita no governo Fernando Henrique e portanto está ligada a uma negociata. Isso para nós petistas é de uma gravidade sem precedentes, porque nos força a deslocar a discussão do campo econômico e do campo político e do campo ideológico para o campo ético puro e simples. (...) Esta reforma é um enorme equívoco do governo. Abre uma contradição entre a sua proposta afirmada de inclusão e cidadania e uma proposta efetivada de exclusão. Então eu penso que mais do que nunca nós estamos convocados a uma ação política, temos a tarefa política de fazer isso para que efetivamente o governo de esquerda que nós elegemos possa se realizar. Penso que nossa tarefa de crítica, de contestação, de esclarecimento, de informação, de retomada do plano racional, político e técnico dessa questão é um dever histórico que temos, é uma tarefa política indeclinável, porque da nossa ação com relação a essa primeira exposição social do governo, do resultado da nossa ação, depende o que vai acontecer com o restante desse governo. É uma hora muito grave, estou sugerindo a nossa responsabilidade histórica de impedir o colapso, o fracasso e a direitização de um governo de esquerda que está lá porque nós o construímos. Esse governo não pode começar com uma negociata. Não foi para isso que trabalhamos durante 30 anos.”

Observações:

- 1) Um texto com a síntese dessa moção foi encaminhado ao Painel do Leitor da Folha de São Paulo, porém não foi publicado.
- 2) O discurso integral da professora Marilena Chauí está na página da Adunicamp (www.adunicamp.org.br).

ADUNICAMP VAI INGRESSAR COM AÇÃO JUDICIAL CONTRA A COBRANÇA DOS INATIVOS

Nos próximos dias a ADunicamp estará ingressando com ação judicial questionando a cobrança de contribuição previdenciária relativamente aos nossos associados que se aposentaram até 31 de dezembro de 2003. A propositura da ação visa barrar a previsão contida na lei complementar nº 954/2003 do Estado de São Paulo, que cria a contribuição de 11% para os servidores aposentados. Nossa ação visará, de imediato, a obtenção de liminar para sustar os efeitos da referida lei.

AGUARDE PARA BREVE: NOVA PÁGINA DA ADUNICAMP

Estamos trabalhando na reformulação da página da ADunicamp (www.adunicamp.org.br), de forma a torná-la mais ágil e “amigável” ao usuário da rede.

Moções aprovadas pela Assembléia da Adunicamp do dia 18/02

MOÇÃO DE APOIO

A Assembléia da ADunicamp (Associação de Docentes da Unicamp), reunida em 18 de fevereiro de 2004, aprovou moção de apoio ao Movimento do Sindicato dos Trabalhadores do Centro Paula Souza (Sinteps) que há nove anos não têm reajustes salariais. Aos docentes e funcionários deste Centro não têm sido repassados os reajustes concedidos às categorias docentes do ensino superior do Estado de São Paulo.

Repudiamos veementemente a atitude eleitoreira do governador do Estado de São Paulo que usa as escolas técnicas do Estado de São Paulo para promover o seu governo e a sua possível reeleição. Enquanto isso, as Escolas Técnicas vêm sendo continuamente sucateadas ao se desqualificar – via arrocho salarial e deterioração de suas condições de trabalho – seus funcionários e docentes, responsáveis pela qualidade do ensino público nelas oferecido.

MOÇÃO DE REPÚDIO: NÃO EM NOSSO NOME

Nós, docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em Assembléia Geral no dia 18 de fevereiro de 2004, manifestamos nosso veemente repúdio à ação da Central Única dos Trabalhadores que, no Fórum Nacional do Trabalho, compactuou com a proposta do Governo Federal para a reforma sindical. Se aprovada, essa legislação acabará com o sindicalismo livre no país, atrelará todas as decisões a interesses da burocracia da Central, eliminará o direito de deliberação das bases sindicais e permitirá que a Central intervenha e substitua o sindicato caso considere que este opta por uma estratégia não negociável (o que obviamente é passível das mais variadas interpretações). A Central sequer discutiu com suas bases essa proposta, que elimina a tradição de um sindicalismo autônomo e combativo, entregando à própria Central ou a uma comissão das Centrais o direito de legitimar os sindicatos.

Por tudo isso e em defesa da democracia, desautorizamos a Central a falar em nosso nome e a negociar princípios.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Nós, docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em Assembléia Geral no dia 18 de fevereiro de 2004, manifestamos nosso veemente repúdio à proposta anunciada pelo Ministro da Educação de desviar recursos públicos para faculdades particulares, escamoteando seus objetivos reais sob o discurso de estatizar, ou “publicizar”, vagas ociosas na rede universitária privada. A um só tempo, o Governo Federal encaminha a destruição da rede pública (ausência de recursos, arrocho salarial etc) e a defesa dos empresários da educação.

Verbas públicas somente para serviços públicos !!

Já existem “incentivos” em demasia para uma rede de escolas particulares que se limita a dar um diploma aos estudantes, sem compromisso com uma educação de qualidade. Não concordamos com um “PROER” para as instituições privadas.

A Assembléia de Docentes se posiciona firmemente em defesa do patrimônio nacional que é a Universidade pública e alerta a população contra medidas demagógicas, que não protegem efetivamente os interesses da sociedade. Alerta, também, para a proposta de “Constituinte Universitária”, que tornará o lobby privatista ainda mais poderoso e colocará em risco o modelo de Universidade Pública, defendido por gerações de docentes, discentes e técnico-administrativos, que procura atender às expectativas da sociedade brasileira.

MOÇÃO DE APOIO

Nós, docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em Assembléia Geral no dia 18 de fevereiro de 2004, manifestamos nosso apoio aos parlamentares que estão se empenhando à abertura de uma CPI para investigar as atividades do Sr. Waldomiro Diniz, dada a gravidade das denúncias levantadas pela Revista Época, em reportagem divulgada no dia 13/02/2004.

Como cidadãos brasileiros, nos sentimos no dever de apoiar tal iniciativa. Como funcionários públicos, somos interessados em esclarecer denúncias de corrupção na máquina pública.

Repudiamos qualquer manobra e alegações de razão de Estado, que visem a impedir a apuração de fatos tão graves. A sociedade brasileira não pode continuar a conviver com práticas políticas não éticas e com a impunidade.

Pela imediata apuração da denúncia e punição dos responsáveis.